Direito do cidadão de portar armas?

José Neivaldo de Souza[[1]](#footnote-2)

 Como professor, de quem muito se cobra uma posição frente à intolerância e violência, sou provocado a dizer alguma coisa sobre a tragédia na boate Pulse no dia 12/06/2016 em Orlando, nos EUA. Omar Mateen, de 29 anos, entrou numa boate gay atirando num público de 300 pessoas deixando cerca de 50 mortos e 50 feridos. Parece que o atirador, que logo fora assassinado na troca de tiros com os policiais, havia planejado o ataque ao portar armas de grosso calibre, como o fuzil AR-15. Muitos acreditam que o crime foi motivado por homofobia. Esta tragédia nos leva a lembrar de outros massacres nos Estados Unidos. No dia 16 de abril de 2007, em Blacksburg na Virgínia, o “coreano” Cho seung-Hui matou 32 pessoas no campus universitário. Em junho de 2015 o jovem branco Dylan S. Roof entrou numa comunidade negra, em Carolina do Sul, e abriu fogo contra as pessoas que ali celebravam e estudavam a Bíblia, tirando a vida de 9 pessoas, provavelmente por racismo. São massacres contra gays, estrangeiros, negros, etc., os atiradores foram atestados como “bons antecedentes”. São situações que exigem uma reflexão mais ampla que transcenda aos fatos particulares. Neste sentido somos provocados a pensar em outro tema: o direito do cidadão de portar armas.

 No século XVIII os norte-americanos se empenharam em conquistar “o direito do cidadão de portar armas” e, com o tempo, o que era só um direito tornou-se quase um dever encontrando-se justificado pela Constituição. Como tudo, na sociedade moderna, é globalizado, também isso não seria diferente: é uma forma do individuo defender a si mesmo, a família, a propriedade e a Pátria. Hoje qualquer cidadão norte-americano pode portar um revólver, desde que apresente um atestado de bons antecedentes ou se quiser, pode comprá-lo numa feira qualquer de armamentos.

 Orlando, Virginia e Carolina do Sul são alguns casos, mas basta um fenômeno como este para que se levantem uma séria reflexão sobre a posse de armas. O que está por trás da falta de controle no uso de armas? Há uma política que o incentiva? Os presidenciáveis não tem uma posição firme que venha contrariar a National Rifle Association e os fabricantes de armas que, com sua vasta produção e o comércio irrestrito, promovem campanhas de candidatos coniventes com esta realidade e conformados com a lei que garante o porte de armas. Podemos constatar essa indiferença nos presidenciáveis da Casa Branca. Hillary Clinton ao comentar sobre o episódio em Orlando disse: “É preciso manter armas como as usadas no massacre fora do alcance dos terroristas e de criminosos”. Até então ela não tratou de uma proposta acerca do controle da produção e do consumo livre de armas; Donald Trump, por sua vez, simplesmente justificou sua “islamofobia” observando que é por essa e por outras que é preciso proibir a entrada de mulçumanos nos Estados Unidos.

 Sabemos que não são as armas que matam, mas sim as pessoas, mesmo assim, o momento é propício para retomar a velha discussão sobre o direito de portar armas. No Brasil não é diferente. Depois de vasta propaganda favorável à posse de armas, houve um plebiscito cujo resultado foi positivo, favorecendo tanto aos “bons” quanto aos “maus” antecedentes. Tanto Nos EUA, quanto no Brasil, tal reflexão deve ser feita, uma vez que lá e aqui o problema das armas é “coisa séria”.

 No dia 07/04/2011, No Brasil, Wellington Menezes de Oliveira, um jovem de 23 anos, entrou atirando contra os alunos de uma escola em Realengo, no Rio de Janeiro, matando 11 crianças e deixando 13 feridas. Ele portava dois revólveres de calibre 38. Naquele ano se travou uma discussão sobre o tema, mas não demorou muito para cair no esquecimento. Hoje, com os recentes acontecimentos a velha discussão deve retornar independente da mídia. A Rede Globo e outras emissoras não vão promover debates que formem a consciência crítica do público. As transmissões midiáticas são carregadas de preconceitos e ideologias que justificam a intolerância e a violência. Isso nós constatamos na programação da Rede Globo, promotora de ambições, através dos Big Brothers, das novelas e filmes americanos (patrocinados pelas indústrias e o comércios bélicos) e que foi uma das grandes responsáveis pela propaganda pró-armas que decidiu o plebiscito. Estou de acordo com o filósofo Bertrand Russell ”Se 50 milhões de pessoas dizem uma tolice, ela continua sendo uma tolice”.

 Enquanto o lucro e o livre comércio forem o alvo, não haverá uma política que humanize as pessoas. Os Impérios agem assim. Roma, na antiguidade, tinha a mesma postura. Não só achava melhor que um indivíduo morresse por todos, *divide et impera,* mas que a culpa fosse depositada sobre o bárbaro, o *outro, o estrangeiro.* Esse o*utro* era umsujeito físico, particular que, como um “cordeiro” da páscoa judaica devia ser sacrificado em nome da humanidade. O imperialismo capitalista não é diferente em sua estratégia.

 Qual era a diferença entre Cho Seung-Hui e George W. Busch? Não havia diferença a não ser quanto à representação. Se o primeiro encarnava uma mentalidade social que procura “humilhar” o outro, o segundo não era diferente, mandou invadir o Afeganistão em retalhamento ao episódio de 11 de setembro de 2001; o primeiro nada mais fez senão usar o ‘direito’ de portar armas de “mão”; o segundo, sob o mesmo “direito”, declarou guerra ao Iraque (as armas não são de mãos?) mandando para a forca um ex-presidente (Sadan Hussein) “suspeito” de esconder armas de destruição em ‘massa’ e dar abrigo aos terroristas da Al Qaeda.

 Vai saber o que se passa na cabeça dos Líderes das nações que se dão a emoções incontroláveis? Assim como a polícia, os colegas e os professores de Blacksburg e os sobreviventes de Orlando e Realengo sabiam dos problemas emocionais dos atiradores, o mundo, alarmado, também sabe dos distúrbios incontroláveis de políticos que, em nome do poder, fecham os olhos a situações que precisam ser resolvidas imediatamente. Até quando os norte-americanos e os brasileiros vão esperar para um levante consciente? O Brasil bem que poderia copiar os EUA na sua declaração de independência: “Quando qualquer forma de governo se tornar destrutiva... é direito do povo alterá-lo ou aboli-lo, e instituir novo governo” (Cf. *Gazeta,* 22/04/2007). A violência vai sempre justificar a violência, é preciso romper com esse círculo, é preciso uma reflexão filosófica capaz de globalizar o bem e transformar a vida. A questão da posse de arma é ética.

1. Dr prof. José Neivaldo de Souza é teólogo e filósofo. Neivaldo.js@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)